

ATA N.º 19/2023

ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA REALIZADA NO DIA 20 DE SETEMBRO DE 2023:

No dia vinte de setembro de dois mil e vinte e três, pelas quinze horas e dez minutos, no Auditório da Biblioteca Municipal de Palmela, reuniu, ordinariamente, a Câmara Municipal, sob a Presidência de Álvaro Manuel Balseiro Amaro, Presidente, encontrando-se presentes os/as Vereadores/as Raul Manuel Ribeiro Pinto Cristóvão, Fernanda Manuela Almeida Pésinho, Carlos Manuel Barateiro de Sousa, Mara Susana Machado Ribeiro Rebelo, Luís Miguel Reinho de Oliveira Calha, Paulo Jorge Simões Ribeiro, Pedro Gonçalo da Ponte Marques Taleço e Maria João Camolas Contente Caleira.

A Ordem do Dia desta reunião de Câmara é constituída pelos seguintes pontos:

PONTO 1 – Aceitação de doação - Retificação

PONTO 2 – Aceitação de doações - Retificação

PONTO 3 – 8.ª Alteração Permutativa ao Orçamento e Grandes Opções do Plano 2023-2027

PONTO 4 – Redelimitação da AUGI Bairro Maria Luísa e alteração à planta síntese de reconversão do loteamento

PONTO 5 – Atribuição de comparticipação financeira à Associação de Municípios da Região de Setúbal no âmbito do projeto Setúbal Península Digital

PONTO 6 – Revisão do Regulamento Municipal dos Transportes Escolares – Início do procedimento

PONTO 7 – Revisão do Regulamento Municipal de Ação Social – Início do procedimento

PONTO 8 – Pagamento dos passes escolares a 100% para alunos do ensino secundário

PONTO 9 – Atribuição de apoio financeiro ao Agrupamento de Escolas de Palmela e Agrupamento de Escolas José Saramago para aquisição de cadernos de atividades – 2.º ciclo do ensino básico – Ano letivo 2023/2024 - Acertos

PONTO 10 – Fábrica da Igreja Paroquial da Freguesia de São Pedro da Marateca – Celebração de Contrato de Comodato

PONTO 11 – Atribuição de apoio financeiro anual ao Banco Alimentar Contra a Fome da Península de Setúbal

PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA

Atos praticados por (sub)delegação de competências – Em matéria de processos do Gabinete de Recuperação do Centro Histórico:

A Câmara Municipal toma conhecimento, através de uma relação distribuída a todos os membros, elaborada pelos serviços respetivos e que fica anexa a esta ata como documento n.º 1, dos processos despachados pela Sra. Vereadora Fernanda Pésinho, em matéria do Gabinete de Recuperação do Centro Histórico, no período compreendido entre 10/08/2023 a 19/09/2023.

Atos praticados por delegação de competências – Em matéria do Urbanismo:

A Câmara Municipal toma conhecimento, através de uma relação distribuída a todos os membros, elaborada pelos serviços respetivos e que fica anexa a esta ata como documento n.º 2, dos atos praticados pelo Sr. Presidente, em matéria do Urbanismo, no período compreendido entre 04/09/2023 a 17/09/2023.

Atos praticados por delegação e (sub)delegação de competências – Em matéria de obras públicas e procedimentos administrativos:

A Câmara Municipal toma conhecimento, através de uma relação distribuída a todos os membros, elaborada pelos serviços respetivos e que fica anexa a esta ata como documento n.º 3, dos atos praticados pela Sra. Vereadora Fernanda Pésinho em matéria de processos de obras públicas e procedimento administrativos, no período compreendido entre 22/08/2023 a 18/09/2023.

Atos praticados por (sub)delegação de competências – Em matéria de processos da Divisão de Ambiente e Serviços Urbanos:

A Câmara Municipal toma conhecimento, através de uma relação distribuída a todos os membros, elaborada pelos serviços respetivos e que fica anexa a esta ata como documento n.º 4, dos atos praticados pela Sra. Vereadora Fernanda Pésinho em matéria de processos no Departamento de Ambiente e Serviços Urbanos, no período compreendido entre 10/08/2023 a 13/09/2023.

Despachos emitidos por (sub)delegação de competências - No âmbito do Departamento de Administração, Finanças e Recursos Humanos / Divisão de Atendimento e Administração Geral - Secção de Licenciamentos:

A Câmara Municipal toma conhecimento, através de uma relação distribuída a todos os membros, elaborada pelos serviços respetivos e que fica anexa a esta ata como documento n.º 5, dos processos despachados pelo Sr. Diretor do Departamento de Administração, Finanças e

Recursos Humanos, Dr. Paulo Pacheco e pelo Sr. Chefe de Divisão Dr. Pedro Ferreira, no âmbito da Divisão de Atendimento e Administração Geral – Secção de Licenciamentos, no período compreendido entre 06/09/2023 a 19/09/2023.

Contabilidade

Pagamentos autorizados

O **Sr. Presidente** dá conhecimento à Câmara Municipal que foram autorizados pagamentos, no período compreendido entre os dias 06/09/2023 a 19/09/2023, no valor de 2.160.198,89 € (dois milhões, cento e sessenta mil, cento e noventa e oito euros e oitenta e nove cêntimos). A lista dos pagamentos autorizados fica anexa a esta ata como documento n.º 6.

Tesouraria

Balancete

O **Sr. Presidente** informa que o balancete do dia 18/09/2023, apresenta um saldo de 16.436.997,33 € (dezasseis milhões, quatrocentos e trinta e seis mil, novecentos e noventa e sete euros e trinta e três cêntimos), dos quais:

- **Saldo de operações orçamentais** – 13.843.545,29 € (treze milhões, oitocentos e quarenta e três mil, quinhentos e quarenta e cinco euros e vinte e nove cêntimos);
- **Saldo de operações de tesouraria** – 2.593.452, 04 € (dois milhões, quinhentos e noventa e três mil, quatrocentos e cinquenta e dois euros e quatro cêntimos).

O Sr. Presidente coloca à votação a admissão, no Período Antes da Ordem do Dia, os seguintes documentos:

. **Saudação** (Concurso Internacional *Syrah Du Monde* 2023 – Casa Ermelinda Freitas)

Aprovada, por unanimidade, a admissão da saudação no Período Antes da Ordem do Dia.

. **Saudação** (Ana Luísa Parreira Neves)

Aprovada, por unanimidade, a admissão da saudação no Período Antes da Ordem do Dia.

. **Saudação** (João Jesus)

Aprovada, por unanimidade, a admissão da saudação no Período Antes da Ordem do Dia.

O **Sr. Vereador Luís Calha**, cumprimenta todos os presentes e apresenta a saudação que se transcreve:

. **Saudação** (Concurso Internacional *Syrah Du Monde* 2023 – Casa Ermelinda Freitas).

«Casa Ermelinda Freitas, conquistou a Medalha de Ouro com o vinho *Rocksand Shiraz* 2021 e Medalha de Bronze com o vinho *Syrah* Reserva 2021, no afamado Concurso Internacional *Syrah du Monde*, que se realizou na França, competição essa que tem como particularidade distinguir vinhos elaborados a partir da casta Syrah/Shiraz.

Reunida 20 de setembro na Biblioteca Municipal de Palmela, a Câmara Municipal de Palmela **saúda** a Casa Ermelinda Freitas, pelo alcance destes galardões, contribuindo para a divulgação e valorização do setor vitivinícola do Concelho de Palmela no panorama internacional.»

Submetida a votação a saudação (Concurso Internacional *Syrah Du Monde* 2023 – Casa Ermelinda Freitas) – dos/as Eleitos/as da CDU, foi a mesma aprovada, por unanimidade. Aprovado em minuta.

A **Sra. Vereador Maria João Camolas**, cumprimenta todos os presentes e apresenta as saudações que se transcrevem:

. **Saudação** (Ana Luísa Parreira Neves)

«Ana Neves, ciclista da Associação Desportiva *Bike & Nutrition*, sagrou-se vencedora da Taça de Portugal Feminina Jogos Santa Casa 2023, categoria Master 40 feminina, em ciclismo, terminada que está a 5.ª prova desta competição, que decorreu no passado dia 2 de setembro em Albergaria-a-Velha.

Ana Neves repete as conquistas alcançadas em 2021 e 2022, vencendo a classificação geral, fruto de ter alcançado quatro primeiros lugares e um segundo lugar, nas cinco provas que compõem esta competição, que decorreu entre março e setembro de 2023.

Reunida em Palmela, a 20 de setembro, a Câmara Municipal de Palmela **saúda** Ana Neves pelo título de Vencedora da Taça de Portugal Feminina Jogos Santa Casa, categoria *Master 40* feminino, desejando os maiores sucessos para a sua carreira desportiva e que continue a dignificar o concelho.»

Submetida a votação a saudação (Ana Luísa Parreira Neves) – dos/as Eleitos/as da CDU, foi a mesma aprovada, por unanimidade. Aprovado em minuta.

. Saudação (João Jesus)

«João Jesus, residente em Pinhal Novo, consagrou-se Campeão Nacional de Clubes de Triatlo Cross, no Campeonato Nacional de Cross – I Triatlo Cross de Fornos de Algodres, que se realizou no dia 3 de setembro, em Fornos de Algodres, alcançando o 8.º lugar na classificação absoluta.

Reunida em Palmela, a 20 de setembro, a Câmara Municipal de Palmela **saúda** o atleta João Jesus pelo título alcançado, desejando os maiores sucessos para a sua carreira desportiva e que continue a dignificar o concelho.»

Submetida a votação a saudação (João Jesus) – dos/as Eleitos/as da CDU, foi a mesma aprovada, por unanimidade. Aprovado em minuta.

Informações / Assuntos diversos:

. Abertura ano letivo 2023/24 – A Sra. Vereador Maria João Camolas começa a desejar um excelente ano letivo para todos os alunos, professores, profissionais de educação, encarregados de educação e toda a comunidade educativa.

Refere que ano letivo 2023/2024 iniciou-se, entre os dias 14 e 15 de setembro, nos Agrupamentos de Escolas e Escolas Secundárias do concelho.

Informa que a população escolar matriculada em escolas do concelho, no ano letivo 2023/2024, com idade compreendida entre os 3 e os 18 anos, é de 8 601 alunos (à data de 20/09), distribuídos da seguinte forma:

Pré-escolar – 36 grupos (mantem-se nº em relação ao ano passado)

1º ciclo – 118 turmas (mais 7 turmas que no ano passado)

2º ciclo – 60 turmas (mais 1 turma)

3º ciclo – 97 turmas (mais 17 turmas)

Secundário – 83 turmas (mais 4 turmas)

Total de turmas: 394 (mais 29 turmas que no ano letivo passado)

No que se refere ao reordenamento da rede escolar e para dar resposta à forte pressão na rede escolar do concelho, expressa pelo número e fruto da integração contínua de novos alunos, a maior parte proveniente de outros países, dá nota que, neste ano letivo, criaram-se 2 novas salas de aula do 1º ciclo, no Agrupamento de Escolas de Palmela (uma na EB Aires e uma na EB Joaquim José de Carvalho), através da reconversão de outros espaços existentes.

Informa que se propôs a abertura de novo grupo de pré-escolar na EB Cabanas, nas instalações provisórias, que ainda aguarda parecer do ME.

Devido ao risco de incidente na estrutura do edifício, e com o objetivo de garantir segurança das crianças e adultos na EB Palhota, comunica que se deslocaram as duas turmas daquela escola para outras escolas no mesmo agrupamento, concretamente na EB Zeca Afonso e na EB Salgueiro Maia, sendo garantido o transporte dos alunos, assim como o fornecimento de refeições, CAF e AEC e outros apoios, tal como na escola de origem.

Refere ainda que se mantem a assunção e/ou acompanhamento das matérias referentes à Transferência de Competências, com a necessária articulação com Direções de agrupamentos de escolas e escolas não agrupadas e a respetiva transferência financeira, destacando-se, contudo, o esforço e investimento acrescido que tem sido necessário e que se tem vindo a incorporar na gestão corrente do Município.

Nos Transportes Escolares, destaca a discriminação positiva da distância casa/escola igual ou superior a 2 km, para os alunos matriculados na escola da área de residência e informa que estima-se que, no presente ano letivo, sejam abrangidos pelos transportes escolares 1.582 alunos, dos quais 1.296 irão utilizar transportes públicos e 286 alunos sejam transportados em circuitos municipais.

Refere ainda que, no concelho de Palmela, o serviço público de transporte rodoviário é assegurado por operadora com gestão e articulação da TML, pelo que muitos alunos do concelho utilizam este serviço, tendo sido efetuada a articulação entre as escolas e a operadora, de forma a articular horários dos transportes e de entrada e saída das escolas.

No que se refere aos circuitos especiais, o município assegura o transporte de 10 alunos com necessidades específicas para escolas fora do concelho, e procedeu a transferência financeira para AE e ES para fazerem face a esta competência delegada, com os seus alunos.

Com o objetivo de promover o acesso universal e gratuito à educação, a todos os alunos do ensino obrigatório, propõe-se, hoje, a deliberação desta Câmara Municipal a gratuidade do transporte escolar, também, para os alunos do ensino secundário.

(despesa: 1.350 000€, um milhão e trezentos e cinquenta mil euros)

O fornecimento de Refeições Escolares mantem-se sem alterações significativas neste ano letivo.

Assim, no Programa de Alimentação Escolar prevê-se o fornecimento de 3690 refeições diárias da educação pré-escolar ao ensino secundário.

(despesa: 2.140.000€, dois milhões, cento e trinta e nove mil, seiscentos e oitenta e um euros e cinquenta e seis cêntimos).

O fornecimento de Leite Escolar, da Fruta Escolar e do Reforço Alimentar está assegurado para os alunos cobertos por estas medidas de apoio.

(despesa: cerca de 201.000€, duzentos e um mil euros).

Na Ação Social Escolar destaca-se que aos alunos dos agregados familiares, integrados no primeiro e segundo escalão do abono de família, é aplicado um escalão único, indexado ao valor do escalão A, beneficiando dos seguintes apoios:

Pré-escolar – refeição gratuita, para cerca de 420 crianças diariamente;

1.º Ciclo do ensino básico – refeição gratuita e apoio financeiro para material escolar e visitas de estudo, no valor de 40,00 € (quarenta euros) /aluno, para cerca de 890 alunos diariamente;

Oferta dos cadernos de atividades para os cerca de 2.500 alunos do 1º ciclo do ensino básico e 1.400 alunos do 2.º ciclo do ensino básico.

(despesa: 127.250,00 €, cento e vinte e sete mil duzentos e cinquenta euros).

Para o presente ano letivo, prevê-se o alargamento da atribuição de Bolsas de Estudo para apoio ao prosseguimento de estudos, a 70 alunos/as nos níveis de Ensino Secundário Público, Cursos de Especialização Tecnológica - CET- (formação pós-secundária não superior) e Ensino Superior. As candidaturas decorrerão entre 1 de outubro e 15 de novembro. O Regulamento de Atribuição de Bolsas de Estudo encontra-se em fase de revisão, aguardando-se a sua deliberação em Assembleia Municipal.

(despesa: 52.500, 00 €, cinquenta e dois mil e quinhentos euros)

Mantêm-se a delegação da competência da Escola a Tempo Inteiro nos Diretores dos Agrupamentos de Escolas, que irão manter os procedimentos e a organização das atividades, em articulação com as associações de pais e entidades externas.

(despesa: 718.050€, setecentos e dezoito mil e cinquenta cêntimos)

Sobre a gestão do Pessoal Não Docente, cujas competências de gestão estão delegadas nos/as Diretores/as dos Agrupamentos de Escolas e Escolas Secundárias, o município continua a assegurar o cumprimento do rácio e a garantir um excedente de assistentes operacionais nos agrupamentos o que permite atenuar as ausências, sendo que se encontra a decorrer um procedimento concursal para substituição do pessoal não docente com baixas prolongadas.

(despesa: cerca de 4 700 000€, quatro milhões e setecentos mil euros)

As intervenções no Parque Escolar encontram-se:

concluídas:

- Criação de zonas de ensombramento no logradouro da EB Alberto Valente;

- Substituição do pavimento danificado de uma das salas de aula e circulações da EB Aires;
- Obra de reparação e reforço do isolamento da cobertura da EB Cajados;
- Isolamento do muro confinante com a construção vizinha, na EB Aguas de Moura;
- Projeto para requalificação do logradouro do 1º ciclo da EB Joaquim José de Carvalho;
- Levantamento arquitetónico e de patologias da EB Hermenegildo Capelo, necessário para lançamento de concurso para projeto;
- Programa preliminar para construção de uma nova escola básica no concelho;
- Projeto de estabilidade da EB Palhota, seguindo-se concurso publico urgente;

em fase de conclusão:

- Obra de requalificação da cozinha/copa do JI nº1 Olhos de Água;
- Programa preliminar para projeto de beneficiação do polidesportivo e áreas adjacentes da EB José Saramago (obra incluída na OIL Poceirão/Marateca e financiada pelo PRR);
- Remodelação do sistema de alarme contra intrusão da EB António Matos Fortuna;

em execução:

- Obra do Pavilhão da Escola Secundária de Palmela;
- Levantamento arquitetónico e de patologias da EB José Maria dos Santos, necessário para lançamento de concurso para projeto;
- Obra de reparação/reforço da cobertura da EB nº 1 de Brejos do Assa;
- Reparação do sistema/instalação de AVAC da EB Alberto Valente;
- Projeto para requalificação da EB Salgueiro Maia (logradouro do pré-escolar, climatização e cobertura);
- Projeto para a requalificação do logradouro da EB Lagoa da Palha;

em adjudicação:

- Criação de espaço multiusos na EB nº2 Olhos de Água;

em concurso:

- Fornecimento de equipamentos e pavimentos sintéticos de vários EJR;
- Reparação de EJR das EB Palhota, Aires, Lagameças e Lagoa do Calvo.

(investimento: 1 700 000€)

No âmbito da Transferência de Competências procedeu-se à atribuição de verba para que os Agrupamentos de Escolas (destinada aos edifícios das escolas sede) e à Escola Secundária de Palmela possam fazer face com as despesas de conservação e manutenção, neste ano letivo.

(despesa: 176 000€, cento e setenta e seis mil euros)

De realçar, também, a intervenção das Juntas de Freguesia do concelho em todas as escolas, com a realização de vários trabalhos de conservação e limpeza.

(despesa: 460 000€, quatrocentos e sessenta mil euros)

Ao nível do apetrechamento, o município adquiriu mobiliário escolar para a EB Algeruz-Lau (substituição de mobiliário de 2 salas de aula), EB Bairro Alentejano (substituição de mobiliário de 4 salas de aula) e EB n.º 2 Olhos de Água (substituição de mobiliário para duas salas de aula do 1º ciclo, para as salas de apoio e para o refeitório).

(despesa: 25 000€, vinte e cinco mil euros)

Para o ano letivo 2023/2024, prevê-se a transferência de verba para os agrupamentos de escolas e escolas secundárias para que possam proceder às aquisições para apetrechamento das escolas.

(despesa: cerca de 53.000€)

Ainda no âmbito da Transferência de Competências, e para fazer face a despesas de funcionamento e encargos com as instalações (água, luz, gás,...) das escolas do 2º, 3º ciclo e secundário, o município procede a uma transferência financeira, em quatro tranches anuais, para os Agrupamentos de Escolas e Escola Secundária de Palmela.

(despesa: cerca de 506 000€, quinhentos e seis mil euros).

Manter-se-á ainda a verba anual a transferir para o AE José Saramago, para fazerem face às despesas com o edifício do 1º ciclo, assim como a atribuição do valor de 10€ por aluno do 1º ciclo e criança do pré-escolar, a todos os agrupamentos de escolas para despesas de funcionamento (materiais de desgaste rápido e didáticos e conservação de diversos equipamentos).

(despesa: 40.000€, quarenta mil euros)

O investimento total na área da Educação, previsto para o ano letivo 2023/2024 ascende a mais de 12 258 800€ (doze milhões e duzentos e cinquenta e oito mil e oitocentos euros).

No que se refere à Receção à Comunidade Educativa estão programadas diversas atividades que valorizam a componente informal e não formal da Educação, numa relação de parceria, a partir das oportunidades do território, destacando-se o habitual Momento de Convívio, a edição 2023 do Caderno de Recursos Educativos e o Apoio aos Projetos Socioeducativos, com atribuição de apoios financeiros no mês de outubro.

A Campanha “Educação com Sentido é ir no Sentido de Todos”, volta a materializar a programação dos projetos e iniciativas, Receção à Comunidade Educativa, Outubro MAIOR, Dias Internacionais das Cidades Educadoras e dos Direitos Humanos. No presente ano sob o lema “Cultura, fonte de Criação, Aprendizagem e LIBERDADE” destaca a cultura e a arte como meios de capacitação social, equidade e inclusão. Continuando a sublinhar a EDUCAÇÃO como um DIREITO UNIVERSAL e chave para o DIÁLOGO E LIBERDADE.

Cientes do nosso compromisso de trabalho em parceria com a comunidade educativa para garantir uma Educação de Qualidade, o município de Palmela sempre esteve e continuará empenhado na construção de um futuro melhor para os alunos do concelho de Palmela.

Porque Educação com sentido é ir no sentido de todos!

O **Sr. Presidente** intervém solicitando à **Sra. Vereador Maria João Camolas** que explique os motivos que levaram a que se deslocassem os alunos da Escola Básica da Palhota para as duas escolas do Pinhal Novo, por ser importante a sua clarificação.

A **Sra. Vereadora Maria João Camolas** explica que foram identificadas na Escola Básica da Palhota fissuras no seu edifício. Esclarecer que, de há cerca de um ano até à presente data, em articulação com os serviços, foi desenvolvido um projeto para requalificação da escola. As fissuras foram sendo monitorizadas e o que sentiram, agora, no seu regresso em setembro e acreditando que seja fruto da atividade sísmica sentida (principalmente em Marrocos, mas que se fez sentir também na Península de Setúbal), as fissuras cederam. Depois de reunida, no local com equipas técnicas e devidamente analisadas as condições, foi opção, para não colocar em risco as crianças e os adultos que lá trabalham, a transferência das duas turmas para duas salas, no mesmo agrupamento e na mesma freguesia.

. **Comemorações do Dia Mundial da Música – A Sra. Vereador Maria João Camolas** dá nota que o *International Music Council*, instituição fundada em 1949 pela UNESCO, instituiu, em 1975, o dia 1 de outubro como Dia Mundial da Música, tendo como principais objetivos:

- promover a arte musical em todos os setores da sociedade;
- divulgar a diversidade musical;
- aplicar os ideais da UNESCO, como a paz e a amizade entre as pessoas, a evolução das culturas e a troca de experiências.

Refere que, respondendo a esse apelo da UNESCO, em Palmela, a Câmara Municipal e várias estruturas do Movimento Associativo, desde há muito que desenvolvem durante o mês de outubro várias atividades que visam assinalar o Dia Mundial da Música, divulgando essa

importante expressão artística junto de toda a comunidade, envolvendo os músicos da nossa terra e os projetos musicais em que estão inseridos, sem descuidar a necessidade de trazer a Palmela outro tipo de projetos musicais de reconhecido valor artístico.

Informa que, no presente ano, mais de uma dezena de espetáculos confirmarão que Palmela é Música

Saúda os músicos, os maestros, os cantores, os dirigentes associativos e todos aqueles que com o seu trabalho ajudam a afirmar Palmela como terra de música e de cultura.

. Atribuição de habitações em regime de arrendamento apoiado – A Sra. Vereadora Maria João Camolas informa que no âmbito do concurso público de atribuição de habitações em regime de arrendamento apoiado e do trabalho que tem vindo a ser desenvolvido pelo Gabinete da Habitação, foram apresentados 206 requerimentos, 100 dos quais relativos à apresentação inicial de candidatura e 106 relativos a entrega adicional de elementos. Mais informa que destes requerimentos foram constituídos 75 processos de candidatura, das quais 28 já se encontram validados e pontuados, encontrando-se os remanescentes a aguardar entrega de elementos em falta por parte dos candidatos.

Apesar do Regulamento Municipal indicar uma periodicidade semestral para a publicação da lista ordenada, a mensagem que passa é que será garantida uma primeira publicação já em setembro. Estarão por isso em condições de atribuir os 28 fogos assinalados.

Assuntos apresentados pelos Srs. Vereadores Carlos de Sousa, Paulo Ribeiro e Raúl Cristóvão e Sra. Vereadora Mara Rebelo:

. Obra do Aceiro do Anselmo – O Sr. Vereador Carlos de Sousa cumprimenta todos os presentes e questiona se a obra do Aceiro do Anselmo já se encontra terminada a nível da pavimentação e se a camada de desgaste já foi colocada. Coloca a pergunta, porque aquando das últimas chuvas, verificou que ficaram poças no eixo da via. O que significa *à priori*, que a inclinação para as bermas não existe.

. Localização do Momento de Homenagem à Música e aos Músicos de Palmela – O Sr. Vereador Carlos de Sousa questiona-se quanto à escolha do local e à sua importância, mas também com questões como a dimensão do mesmo e, por isso, não consegue deixar nenhuma sugestão. Questiona se a Câmara já tem alguma ideia para a sua localização.

. Viaturas abandonadas na Rua Humberto Cardoso, em Palmela – O Sr. Vereador Carlos de Sousa deixa o alerta para a existência de 3 a 4 viaturas abandonadas na Rua Humberto Cardoso, em Palmela.

. Construção de rotunda na Urbanização Casas da Quinta – votação em Orçamento Participativo – Depois de cumprimentar todos os presentes, a **Sra. Vereadora Mara Rebelo** menciona que lhe foi relatada pelos moradores da Urbanização Casas da Quinta a situação sobre a construção de uma rotunda nessa urbanização da qual já se passaram dois anos desde que foi votada em Orçamento Participativo.

Refere que o trânsito nessa zona está cada vez mais caótico, não só pelo aumento de número de casas como também de moradias. Com o início do ano letivo, o que se verifica neste momento é que essa necessidade é cada vez mais óbvia. Para além da confusão que é para sair da Urbanização, as entradas, nas manhãs, também não se fazem nas melhores condições. Acresce o facto de o piso estar desgastado e no local estar também um buraco que impede a correta circulação dos veículos, nos dois sentidos. Esta situação é facilmente verificável, principalmente em “horas de ponta”.

A questão que os moradores colocam prende-se com o facto de a obra já estar aprovada, pelo que questiona para quando a construção ou o início da construção da rotunda e da necessidade urgente por parte da Câmara Municipal para a reparação do buraco referido no pavimento.

. Luminárias fundidas nas passadeiras no Pinhal Novo – A Sra. Vereadora Mara Rebelo volta a insistir para a existência de luminárias fundidas nas passadeiras no Pinhal Novo, nomeadamente na Rua Gago Coutinho e Sacadura Cabral. Outras que existem que não estando fundidas já estão com muito pouca visibilidade, como por exemplo junto às Bombas da BP.

Crê que colocou a presente questão à cerca de um mês e que a situação continua por resolver, o que se traduz numa situação grave, pois coloca pessoas em perigo.

. Infestação de baratas na Rua dos Lírios e limítrofes, em Aires – A Sra. Vereadora Mara Rebelo dá nota que foi alertada por vários moradores na Rua dos Lírios e limítrofes, em Aires, para a existência de uma infestação grave de baratas. Os moradores questionam se a Câmara Municipal tem conhecimento da presente situação e se existe algum plano para a sua desinfestação.

. Abertura ano letivo 2023/24 – Alunos sem professores – Depois de cumprimentar todos os presentes, o **Sr. Vereador Paulo Ribeiro**, começa por agradecer as informações prestadas pela **Sra. Vereadora Maria João Camolas** quanto ao início do ano letivo, considerando que algumas questões não estão diretamente relacionadas com a autarquia, porque não é da sua responsabilidade. Questiona se a Câmara Municipal tem conhecimento do

número de alunos que estão sem aulas, por falta colocação de professores em algumas disciplinas.

. Abertura ano letivo 2023/24 – Baixas prolongadas nos assistentes operacionais –

O **Sr. Vereador Paulo Ribeiro** refere que teve conhecimento de várias baixas médicas prolongadas nos assistentes operacionais, nomeadamente da Escola Hermenegildo Capelo. Segundo foi informado, existem cerca de 14 funcionárias com baixa médica prolongada o que, considera trazer graves problemas à escola. Questiona, por isso, se a autarquia já foi contactada sobre a presente situação e, em caso afirmativo, quais as soluções que está a procurar encontrar para aliviar este problema, que também é importante para a segurança no início do ano letivo escolar.

. Alterações climáticas – época das chuvas – cheias em várias zonas do concelho –

O **Sr. Vereador Paulo Ribeiro** questiona se já estão previstas medidas de prevenção para algumas zonas mais suscetíveis de terem maiores infiltrações ou inundações. Dá como exemplo, a Estada das Lagameças, frente à Eurobatata, que no ano passado ficou bastante alagada, resultando em deslocamento de areias. Até ao momento, tanto quanto sabe, as condutas de água não foram limpas. Questiona se já foi tomada alguma medida de limpeza para esta zona.

. Semana Europeia da Mobilidade – O **Sr. Vereador Paulo Ribeiro** pergunta o que está previsto para assinalar a Semana da Mobilidade para que seja indutora de comportamento de mobilidade entre os vários pontos do concelho e para fora do mesmo.

. PDM de Palmela – O **Sr. Vereador Paulo Ribeiro**, questiona em que situação se encontra o PDM de Palmela.

. Abertura ano letivo 2023/24 – O **Sr. Vereador Raul Cristóvão** cumprimenta todos os presentes e saúda o relatório sobre o início do ano letivo e a importante “radiografia” que traça o que se passa no concelho. Agradece aos técnicos e à Sra. Vereadora terem trazido os presentes dados, mas considera, no entanto, que falta um relatório do final do ano letivo passado, pois é necessário perceber-se como terminou o ano letivo de forma a perceber-se melhor algumas dinâmicas.

Refere que existem alguns pontos que suscitam alguma preocupação, e que pensa ser necessária uma resposta, quer do Ministério da Educação quer da própria autarquia,

nomeadamente a crescente procura da escolaridade no nosso concelho trazer o problema do português como língua não materna. Dá nota que existem cada vez mais alunos estrangeiros e a ideia que tem é que existem muitos alunos que chegam às nossas escolas e que, ao contrário do passado, também não dominam o inglês, traduzindo-se numa maior complicação para a sua inclusão e integração.

Defende há muito tempo que estes alunos não deveriam ser integrados de imediato. Deveriam ter um período de aprendizagem da língua portuguesa e da sua compreensão, para depois, sim, serem integrados com sucesso. Não é o que acontece e por isso considera ser importante um esforço para que exista uma resposta a estas famílias e alunos de forma a dar-lhes aquilo que é fundamental para o seu sucesso educativo, ou seja, falar e perceber a língua portuguesa.

Nesse sentido, considera ser importante o esforço conjunto entre a autarquia, as escolas e Ministério da Educação para a colocação de professores de português. Não sabe se é o caso concreto do concelho de Palmela, pois não tem esses dados.

Quanto aos transportes escolares, refere que sempre defenderam o "Quilómetro Zero". A existência do passe "+ 23" gratuito para todos os jovens estudantes é um caminho para que se chegue ao que sempre defenderam. Congratulam-se, por isso com esta medida.

Congratulam-se igualmente pelas várias intervenções que existiram em algumas escolas, também da responsabilidade de algumas das juntas de freguesia.

Voltando ao início da sua intervenção quando mencionou que deveria existir um relatório de final do ano para se saber como é que começa de forma a existir uma melhor perceção, considera ser necessário o acesso a alguns dados estatísticos de educação a nível local que possam num futuro próximo fazer parte do relatório de final do ano, nomeadamente informações sobre aprovações, não aprovações, abandonos, causas, a entrada ou não no ensino superior. Dados que existem nas escolas, mas que falta na visão global do concelho que considera ser importante para que exista uma perceção global.

Em relação ao Projeto Educativo não sabe em que situação se encontra. Sempre se debateu por um Projeto Educativo dinâmico com trabalho em conjunto com a Comunidade Educativa, Escolas, pais, alunos, funcionários, professores. Não existiu qualquer referência a esse assunto e por isso questiona a sua existência.

A questão do pessoal não docente, é um problema complicado. As baixas prolongadas são um problema de difícil resolução e existirão sempre, não só pelas características do vencimento como também do grupo etário que o compõem que é cada vez mais envelhecido. Segundo a Sra. Vereador, existe um concurso aberto questionando quantos lugares ou vagas existem para estas baixas prolongadas e sobretudo se está pensado a criação de uma bolsa para as substituições prementes que aparecem.

Termina a saudar a Comunidade Educativa, referindo que tudo o que se gasta em educação é sempre um investimento no futuro.

Face às intervenções dos Srs. Vereadores Carlos de Sousa, Paulo Ribeiro, Raul Cristóvão e Sra. Vereadora Mara Rebelo, são prestados os seguintes esclarecimentos:

_ Obra do Aceiro do Anselmo – O Sr. Presidente esclarece o **Sr. Vereador Carlos de Sousa** que esta obra não está concluída. Esteve no local, juntamente com técnicos da autarquia, para ouvir os testemunhos dos moradores e contratualizar algumas situações, desde o encaminhamento das águas pluviais ao tratamento das entradas para as suas habitações e alteração de atravessamentos hidráulicos. As questões foram todas sinalizadas, foram dadas respostas sobre hipóteses de resolução, que foram aceites pelos moradores. Essas obras, juntamente com a empresa e os serviços da autarquia, serão executadas.

Entende que foi bom ter chovido, pois isso permitiu ver o comportamento, até para que as pessoas possam perceber melhor a fundamentação da razão destes trabalhos não serem feitos com determinadas valetas impermeabilizadas.

Não sabe responder se é camada de desgaste ou outra.

A obra tem uma fiscalização assegurada. A Sra. Vereadora fará chegar esta nova questão aos serviços. É importante, é mais um dado até ao *terminus* da obra para tentar corrigir tudo.

_ Localização do Momento de Homenagem à Música e aos Músicos de Palmela – O Sr. Presidente esclarece que a quantidade de ideias (*brainstorming*) sobre as localizações e sobre o monumento em si, foi feita por um conjunto de gentes do território ligados à música, a Palmela, membros de vários órgãos autárquicos, cidadãos ativos. Percebeu-se alguma falta de consenso e o que ficou no Regulamento do Concurso de Ideias foi o de recensear inscrições e propostas de artistas, cuja a abertura já foi feita e há ideia de uma visita a Palmela, com o júri e com todos os selecionados, para existir uma verificação de escalas e locais, entre outros.

É um assunto da qual entendem que deve existir uma relação entre o espaço e a peça em si.

Sabe que houve abertura de propostas, mas não tem conhecimento de quando serão as sessões.

_ Viaturas abandonadas na Rua Humberto Cardoso, em Palmela – Quanto à questão das viaturas, o **Sr. Presidente** começa por informar que o Sr. Vereador tomou nota.

O **Sr. Vereador Pedro Taleço** pede o uso da palavra para informar que já se deslocaram ao local e que está, de momento, a decorrer o prazo de trinta dias após a colocação do selo. Já foi retirado um Volkswagen e um Alfa Romeo. Irão monitorizar a situação durante a presente semana.

O **Sr. Presidente** volta ao uso da palavra para reforçar que é uma situação a que estão atentos. Existe a questão dos prazos. É um processo complexo e estão a ser bastante rigorosos, com um bom trabalho a ser feito pelo Gabinete Jurídico e de Fiscalização. Têm, acima de tudo, conseguido limpar o espaço público de muitas viaturas abandonadas.

_Luminárias fundidas nas passadeiras no Pinhal Novo – O Sr. Presidente começa por dar razão à Sra. Vereadora, pois a situação está sinalizada. Algumas já voltaram a trabalhar. Informa que por vezes existe uma desregulação do relógio. Existem poucas que estão ligadas à Iluminação Pública. Na generalidade estão ligadas a um contrato e um quadro autónomo. Informa que está pensada a substituição da luminária por luminária LED, ou seja, para além da verificação da avaria – lâmpada fundida -, estão também a procurar substituir por uma tecnologia mais eficiente e sustentável. Os serviços municipais têm ido resolver, isoladamente, uma ou outra situação, mas estão a preparar também uma ação mais global sobre esta matéria.

_ Construção de rotunda na Urbanização Casas da Quinta – O Sr. Presidente aproveita para dar nota, uma vez que tem o Projeto “Eu Participo”, do que foi informado na última reunião, onde estiveram cidadãos a falar sobre o referido projeto. O estudo prévio foi concluído. O projeto está em elaboração. Irá ser feito em três fases, pois o que foi votado (no “Eu Participo”) não é a rotunda, é muito mais do que isso, tendo a Câmara alertado que a prioridade será a rotunda. Irá demorar. São obras complexas. Tem uma linha de água que provavelmente ficará no centro da rotunda (à semelhança do que existe numa rotunda junto à Estação de Palmela). Tecnicamente existe solução para tudo. Está bem encaminhado e será uma obra a colocar valores exatos na próxima proposta de orçamento para o próximo ano, pelos valores previstos que têm para as três fases e terá de ser objeto de contratação de empréstimo. É um investimento bastante avultado, mas muito necessário. Poderá ajudar, sobretudo para quem não quer ir à Estrada Nacional 252, para entrar na Urbanização Casas da Quinta, quer para sair. Será também uma outra entrada em Aires pelo Loteamento da antiga TDE e que terá a ligação, no futuro, ao arruamento feito no prolongamento da Avenida Lino dos Reis. Será um eixo que servirá para desviar trânsito da nacional.

Quanto à descompactação do betuminoso que existe, os serviços irão que entrar em ação assim que conseguirem disponibilidade.

_ **PDM de Palmela** – O **Sr. Presidente** informa que tinham tudo pronto para trazer a abertura a discussão pública à reunião de câmara, mas as duas últimas interações fizeram com que fosse necessário voltar a investigar e a rever uma série de questões. Foi alertado pelo dirigente do Gabinete de Planeamento Estratégico que chegou uma resposta da Agência Portuguesa do Ambiente sobre as zonas ameaçadas por cheias, que já não existem, objetivamente, no terreno e não tem força de lei na cartografia, continuam a criar ónus aos particulares no conjunto de pretensões, em desacordo quanto aos estudos e fundamentações que foram apresentadas.

Já vão para a 9.ª interação. Realça que o mais que pode acontecer é avançarem contra a vontade das entidades e mesmo que se aprove o PDM, ficam uns anos à espera da ratificação e isto também penaliza muitas pessoas.

Observa que quem aprova o Plano Diretor Municipal é a Assembleia Municipal, é a Câmara Municipal, são os autarcas locais que têm responsabilidades sobre o território, mas a proposta apresentada, não é “verdadeiramente” a nossa. É uma proposta ponderada e que respeita toda a legislação, mas algumas entidades são muito difíceis. Não sabe se alguma vez conseguirão ultrapassar algumas questões, mas o facto é que a câmara não quer apresentar uma proposta com pontos fracos que leve outras entidades a bloquear a sua vigência. Dá exemplo de um município vizinho que está há três anos à espera que seja publicado pois tinha questões para ratificação.

Continuam muito decididos em colocar em discussão pública até ao final do ano. Depois, da abertura da discussão pública e da sua deliberação, será a discussão pública em si que só começa a “contar” da data da publicação do aviso de discussão pública em Diário da República. Têm preparado um conjunto de 5 sessões, uma em cada freguesia, com especialistas que darão apoio à leitura, pois é um documento complexo, com enquadramentos estratégicos e com matérias obrigatórias por lei, para ser esclarecido por todos, para depois poder trabalhar com apreciação crítica e construtiva do que poderá ser uma melhoria, em sede de discussão pública.

Começa a colocar em causa o calendário que se assumiu.

Existem vários atrasos, da própria administração que não responde há dois meses e meio e que colocam em causa o fecho da matéria num instrumento estratégico que marca a matriz de desenvolvimento do concelho por muitos anos. Esta é uma matriz fundamental, pois é uma nova geração de planos, que surge na sequência de legislação completamente distinta da que existia há uns anos (Lei dos Solos, a Reserva Ecológica Nacional)

Não se quer comprometer com uma data, mas existe a intenção clara de que dentro de um mês ou dois se poder abrir a discussão pública. Ressalva que a intenção é planejar para uma altura em que todos possam participar, entre janeiro/fevereiro, quando a cidadania tem mais disponibilidade.

Querem, acima de tudo, que os cidadãos, as empresas, moradores e quem tem interesses locais possam opinar sobre a matéria.

_ Alterações climáticas – época das chuvas – cheias em várias zonas do concelho –

Em relação a este assunto, o **Sr. Presidente** julga saber a que zona o **Sr. Vereador** se refere. Em outubro/novembro, quando existiram estes episódios em toda a Área Metropolitana de Lisboa, o concelho de Palmela esteve muito bem. Não só por causa da Ribeira da Salgueirinha, como em outras zonas críticas estiveram bem, pois tinham as linhas de água e aquedutos limpos. Estes episódios críticos, que são acompanhados pelo Serviço de Proteção Civil Municipal e pela DIVEP (Divisão de Infraestruturas Viárias e Espaço Público), foram muito residuais. Existem lençóis de água numa ou outra zona, por vezes por falta de limpeza das bermas (refere o exemplo da Estrada Nacional junto à Ribeira da Salgueirinha em que as bermas não foram limpas pela Infraestruturas de Portugal).

Questiona se a zona a que se refere é a Biscaia e nessa zona a limpeza das valetas e aquedutos é feita pela Rede Viária. Existe um projeto para alargamento do atravessamento hidráulico a ser feito pela empresa que aí está instalada e enquanto essa obra não for feita, poderão minimizar fazendo limpeza das valetas e mantendo o órgão de drenagem devidamente desassoreado e desobstruído. Contudo, a solução de fundo será a obra prevista que irá evitar essas situações. Poderá inclusive elevar o nível da estrada para depois o Município proceder à sua repavimentação, conforme está no plano de mandato.

Estão a ser feitas outras intervenções na rede hidrográfica que a Sra. Vereadora dará informação posteriormente.

_ Abertura ano letivo 2023/24 – O Sr. Presidente esclarece que, em relação aos relatórios, tomam em boa conta os pedidos que toda a vereação faz de esclarecimentos e documentos. Ficou com a ideia de que já tinha sido enviado para o Gabinete da Vereação o relatório da Câmara, que é presente ao Conselho Municipal de Educação no final do ano. Irá confirmar.

Pode não ser o relatório que solicitam. O relatório sintético sobre o funcionamento do sistema educativo, é fornecido pelo delegado regional e não tem sido formalmente apresentado. Não são apresentados os dados. Vão recolhendo alguns dados junto dos Agrupamentos de Escolas e

que partilharão com toda a vereação, pois são dados relevantes para se conhecer o estado da “arte” no nosso concelho.

Em relação ao início do ano letivo, assume que também gostaria de ter esses dados sobre a colocação de professores. O rácio está cumprido.

Quanto à questão das baixas, nunca existiu uma solução a não ser comprar horas de trabalho precário, que é uma solução que a autarquia de Palmela não fará, pois não existe sequer verba da DGAL (Direção Geral das Autarquias Locais) para tal. Estão a fazer concursos, precisamente para constituírem uma bolsa de emergência. As baixas prolongadas têm regras. Existe um mapa de pessoal e é esse mapa que têm que preencher.

A prometida revisão do rácio e da portaria será discutida com os serviços e também com a Área Metropolitana de Lisboa, pois é necessária. As escolas do nosso concelho, nos dias de hoje até conseguem ter um número de alunos entre os 25/30. Estão a crescer muito, ao contrário de outras zonas do país, onde as escolas fecham.

As necessidades educativas especiais, a própria missão da escola nos dias de hoje, o que se trabalha com os alunos na cidadania, nas atividades não letivas está a provocar uma sobrecarga de trabalho sobre os próprios assistentes operacionais. Têm, por isso que começar a pensar na própria especialização destes assistentes. Existem assistentes operacionais que auferem o ordenado mínimo nacional que estão a fazer o acompanhamento de crianças com necessidades educativas especiais, e não têm qualquer tipo de especialização. Têm procurado dar formação na área, e considera que esta carreira deve ser revista, pois os assistentes operacionais são também educadores nas escolas. Na sua opinião, devem ter uma carreira distinta dos restantes assistentes operacionais, pois têm um trabalho e uma missão que os faz “esticar” ao máximo as suas horas de trabalho. Reforça que têm que rever o rácio. As escolas precisam. Só funcionam com este pessoal.

Acredita que estão a fazer mais do que estava previsto na descentralização de competências e todos os dias existem “gritos de alerta”.

Dirigindo-se ao **Sr. Vereador Paulo Ribeiro**, garante que tem todo o pessoal colocado. O concurso aberto foi preparado a pensar nessa necessidade. O facto de existir um outro concurso com lista graduada válida tem permitido uma transferência rápida. A questão das baixas, têm de ser vistas caso a caso e estão a procurar dar essa resposta o melhor possível.

Farão o ponto de situação, mais apurado.

A próxima reunião da Comissão de Acompanhamento da Descentralização, sobre a área da educação será muito em breve. Têm um novo diretor regional. Querem perceber que compromisso é que existe, fazer um balanço e que novidades é que trazem.

O diálogo tem sido bom, mas necessitam de respostas concretas.

Propõe-se a partilhar com toda a vereação o balanço para que tenham todos os mesmos dados, de forma a quando chegar a altura de discussão estarem todos na posse de todos os mesmos números.

Espera, dentro em breve ter os pontos de situação dos restantes relatórios e nessa altura saberão como ficou a questão da colocação de professores e de auxiliares.

Para os restantes esclarecimentos, o Sr. Presidente passa a palavra aos Srs. Vereadores dos Pelouros.

_ Abertura ano letivo 2023/24 – A Sra. Vereadora Maria João Camolas esclarece que, também ela estava convicta que a acta da Reunião do Conselho Municipal de Educação, com o balanço final do ano letivo já teria chegado aos Srs. Vereadores. Irá verificar o que ocorreu.

Relativamente ao Projeto Educativo Local, dá nota que o presente PEL (Projeto Educativo Local) é o resultado da metodologia que é referida na campanha de estratégia: Campanha “Educação com Sentido é ir no Sentido de Todos”, da qual fez referência no presente relatório. Este ano, está convicta que terá um incremento maior, com as Comemorações dos 50 anos do 25 de Abril, sob o lema “Cultura, Fonte de criação, aprendizagem e liberdade”. A estratégia materializa a programação de projetos e iniciativas várias, que envolve toda a Comunidade Educativa.

_ Abertura ano letivo 2023/24 – Alunos sem professores - Em resposta à questão colocada pelo **Sr. Vereador Paulo Ribeiro**, a **Sra. Vereadora Maria João Camolas** refere que têm indicação efetiva de falta de 34 professores no concelho, 5 dos quais no Agrupamento de Escolas de Palmela, 9 na Escola Secundária de Palmela, 6 na Escola Secundária de Pinhal Novo, 11 no Agrupamento José Saramago e 3 no Agrupamento José Maria dos Santos. Destes 34 professores, 12 são professores de português. Não tem indicação de quantos alunos são afetados e existe dificuldade por parte das próprias Direções de avançarem com números concretos.

Não é um problema que tenha de ser resolvido pelo Município de Palmela, pois têm outras obrigações, mas considera, igualmente uma matéria preocupante e que afeta a Comunidade Educativa do concelho.

Em relação às assistentes operacionais e pessoal não docente, a **Sra. Vereadora** reforça que está a decorrer um procedimento concursal. Tem a informação de que se candidataram cerca 200 pessoas. Depois de uma primeira análise, ficaram 190 aptos que serão chamados a entrevistas e exames médicos. Não existe um número de vagas neste concurso, estas são as pessoas que se candidataram e depois da avaliação, terão uma lista final que será usada à medida das necessidades.

_ Infestação de baratas na Rua dos Lírios e limítrofes, em Aires – A Sra. Vereadora Fernanda Pésinho depois de cumprimentar todos os presentes, começa por esclarecer que relativamente à necessidade de desinfestações, reiteradamente são mencionadas em reunião de Câmara, que está no site e faz parte do plano de intervenção da Divisão de Águas as campanhas de desinfestação anuais, que são 7 ao todo. Aumentaram o número de campanhas e encurtaram o espaço temporal de intervenção por forma a que seja mais profícuo o resultado. Estas intervenções são sempre monitorizadas quer pela equipa interna da autarquia, quer pela própria empresa que a faz, no sentido de aferir necessidades de intervenções de reforço e também dos *inputs* e retornos dos próprios municípios. Reforça que monitorizam, acompanham e pelos *inputs*, decidem e fazem os reforços necessários.

Estas intervenções, tal como tem referido várias vezes, só são mais profícuas se os proprietários e redes prediais forem desinfestadas. A intervenção deve ser complementada de ambos os lados.

Estão na 6.ª campanha. Fica registada a ocorrência no sentido de ser efetuada um reforço.

Por outro lado, esclarece igualmente que quando estas campanhas são feitas, é natural que as baratas sejam mais visíveis no espaço público, mas alguns dias depois acabam por morrer.

_ Semana Europeia da Mobilidade – A Sra. Vereadora Fernanda Pésinho relembra que na última reunião de Câmara Municipal informou, no Período Antes da Ordem do Dia, as várias ações que estão previstas para essa semana evocativa, que irá até 15 de outubro. Um dos projetos, mais estruturante iniciará com o Ano Letivo irá trabalhar a temática no apelo, sensibilidade e importância de adoção de modos de mobilidade suave, para as próprias crianças. Decorrerá, em princípio com a Escola da Quinta do Anjo Matos Fortuna, com o projeto “Ciclo expresso – Comboios de Bicicleta em Escola” que decorrerá durante o ano letivo e está já em desenvolvimento. Por outro lado, existirá duas a três ações que considera muito importantes, uma delas mais estruturante que a outra e que também já vem sendo feita em parceria com a Federação Portuguesa de Ciclismo, no Largo José Maria dos Santos, com a participação da população em geral (mais dedicado às crianças e jovens) com a capacitação do uso da bicicleta. Também com a ciclista Ana Neves (saudada na presente reunião de câmara) que irá capacitar e ensinar o uso da bicicleta em meios urbanos, ou seja, as regras que devem ter em conta para a sua segurança.

Estas são as mais temáticas, haverá outras que estão divulgadas no site da autarquia.

_ Alterações climáticas – época das chuvas – cheias em várias zonas do concelho – Reforçando a informação já partilhada pelo **Sr. Presidente**, a **Sra. Vereadora Fernanda**

Pésinho reitera que a Divisão de Águas tem o seu plano de intervenção nas linhas de águas, que acautela as zonas de inundação. Irão iniciar em outubro a segunda intervenção. Estas são feitas duas vezes por ano, uma começou no final do ano passado e início do presente sendo que o novo procedimento se iniciará antes da época das chuvas, no sentido de minimizar estas situações-

Tal como as desinfestações, existem linhas de água que não começam nem terminam no espaço público, também atravessam propriedades privadas e é importante que os proprietários cumpram a sua obrigação de forma a não existir obstruções e inundações, também nos seus próprios terrenos ou quando próximos da via pública, inunda-los.

A **Sra. Vereadora Fernanda Pésinho** termina dando nota de uma informação que não chegou a ser partilhada no Período Antes da Ordem do Dia da reunião de câmara que diz respeito à adjudicação de obra de construção de uma sala multiusos na Escola de Olhos de Água 2. Trata-se de uma intervenção de 59 392,35€ (cinquenta e nove mil, trezentos e noventa e dois euros e trinta e cinco cêntimos). Irá criar um novo espaço coberto, polivalente, que será utilizado como biblioteca, entre outras atividades, mediante adaptação do antigo telheiro. O projeto foi desenvolvido internamente e contribui para o Objetivo de Desenvolvimento Sustentável n.º 4 – educação de qualidade.

ORDEM DO DIA

O Sr. Presidente dá conhecimento que a Ordem do Dia desta reunião de Câmara é constituída pelos pontos que são enunciados no início desta ata.

Gabinete de Apoio à Presidência

Pelo **Sr. Presidente** são apresentadas as seguintes propostas:

PONTO 1 – Aceitação de doação - Retificação.

PROPOSTA N.º GAP 01_19-23:

«Por proposta aprovada na reunião pública de 17 de fevereiro de 2021, a Câmara Municipal deliberou aceitar, ao abrigo da alínea j) do n.º1, do artigo 33.º, do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, uma doação em espécie efetuada pela empresa NETCOURIER, Logística e Distribuição, Lda.

Sucedendo que o valor real da doação efetuada é de 467,26 euros, o que não coincide com o valor indicado na proposta referida – 479,19 euros.

Também a quantidade indicada – 49 sacas de ração – está incorreta, uma vez que foram doadas apenas 39 unidades da mesma.

Face ao exposto, propõe-se que a Câmara Municipal delibere proceder à retificação da proposta aprovada na Reunião de Câmara de 21 de fevereiro de 2023, corrigindo o lapso, entretanto detetado, inscrito no quadro síntese que se reproduz com as alterações introduzidas:

EMPRESA	DOAÇÃO	PROJETO
NETCOURIER LOGÍSTICA E DISTRIBUIÇÃO, LDA. NIF 506697045 Rua Luís Gonzaga do Nascimento, 16 A 2900-447 Setúbal	39 sacas de ração para animais 467,26 € (quatrocentos e sessenta e sete euros e vinte e seis cêntimos)	CROA - CENTRO DE RECOLHA OFICIAL ANIMAL

»

Submetida a proposta a votação, foi a mesma aprovada, por unanimidade. Aprovado em minuta.

PONTO 2 – Aceitação de doações - Retificação.

PROPOSTA N.º GAP 02_19-23:

«Através do Programa Mecenaz de Palmela, a Câmara Municipal apela, com regularidade, ao contributo de diversas empresas e instituições.

Nesse contexto, foram aceites, nos termos do disposto na alínea j) do n.º1 do artigo 33.º, do Regime Jurídico das Autarquias Locais (RJAL), aprovado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, doações efetuadas pelas empresas abaixo indicadas, conforme a informação técnica que se anexa:

EMPRESA	DOAÇÃO	PROJETO	VALOR
Palser - Bioenergia e Paletes, Lda. Rua da Adega Filial: Estrada das Serralheiras Volta da Pedra Apto. 94 2951-901 Palmela NIF: 502415142	30 paletes em madeira de pinho 1200 x 1000 fortes	Feira Medieval de Palmela	540,00 € (quinhentos e quarenta euros)
Regidoce, Comércio Alimentar, Lda. Rua das Novas Tecnologias Lote 2 2950-402 Palmela NIF: 502720298	Bens alimentares	Apoio social	4.760,00 € (quatro mil setecentos e sessenta euros)

Makro, Cash & Carry, S.A. Quinta das Marquesas Cabanas 2951-506 Quinta do Anjo NIF: 502030712	1.054 águas	Feira Medieval de Palmela	141,18 € (cento e quarenta e um euros e dezoito cêntimos)
TOTAL			5.441,18 € (cinco mil quatrocentos e quarenta e um euros e dezoito cêntimos)

Tendo em conta a necessidade de dispor atempadamente dos bens e a impossibilidade de reunir a Câmara Municipal em tempo útil, a aceitação das doações foi aprovada por despacho do Presidente da Câmara de 15 de setembro de 2023, ao abrigo do n.º 3, do artigo 35.º, do RJAL.»

Submetida a proposta a votação, foi a mesma aprovada, por unanimidade. Aprovado em minuta.

Departamento de Administração, Finanças e Recursos Humanos

Pelo **Sr. Presidente** é apresentada a seguinte proposta:

PONTO 3 – 8.ª Alteração Permutativa ao Orçamento e Grandes Opções do Plano 2023-2027.

PROPOSTA N.º DAFRH 01_19-23:

«A 8.ª Alteração Permutativa ao Orçamento e Grandes Opções do Plano 2023-2027 tem como finalidade proceder ao reforço de ações com dotação insuficiente de modo a efetuar pagamentos pendentes e/ou possibilitar a abertura de procedimentos concursais urgentes.

Foram igualmente introduzidos outros acertos sem expressão relevante nos documentos em apreciação.

O total da 8.ª Alteração Permutativa é de 534.319,00 € (quinhentos e trinta e quatro mil, trezentos e dezanove euros) que representa 0,57% do Orçamento atual.

Assim, ao abrigo do disposto na alínea d) do n.º 1, do artigo 33.º, do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, e nos termos do Decreto-lei n.º 54-A/99, de 22 de fevereiro, propõe-se a aprovação da 8.ª Alteração Permutativa ao Orçamento e Grandes Opções do Plano 2023-2027.»

Sobre esta proposta, o **Sr. Presidente** presta os seguintes esclarecimentos com mais pormenor:

Em relação a aquisição de terrenos, devido à necessidade de aquisição de uma loja para serviços municipais, irão transitoriamente retirar 75 000 € (setenta e cinco mil euros) para reforço da aquisição, remodelação e beneficiação de edifícios municipais. Ou seja, são rubricas diferentes e por isso a necessidade de retirar da aquisição de terrenos para aquisição da loja que irá permitir a expansão de serviços que não param de crescer.

Outra medida mais significativa prende-se com a necessidade de reforço na conservação - beneficiações diversas - e funcionamento das Escolas Básicas. Tudo relacionado com a intervenção urgente de reabilitação da Escola Básica da Palhota. São vários pequenos investimentos, mas que todos juntos somam dezenas de milhares de euros. Foram buscar verba que não será usada no presente ano, pois já estão definidas as necessidades.

Reforço nos valores dos auxílios económicos, nas refeições escolares e no Leite Escolar. Recorda que todas as verbas foram previsionais e nem sempre coincidem com o ano letivo.

Reforço para apoio a instituições; parque habitacional; manutenções de redes; furos de captação e bombagem de águas; infraestruturação da Lagoinha para a 2.ª fase de forma a permitir lançar um concurso para uma nova fase da obra (existem 9 fases); lançamento de obra para a Rua Francisco Romão (Aqualva) e também pequenos reforços na área dos espaços verdes (que ainda estão na posse da câmara municipal e não transitaram para as Juntas de Freguesia).

Sobre a proposta de 8.ª Alteração Permutativa ao Orçamento e Grandes Opções do Plano 2023-2027, numerada DAFRH 01_19-23, intervém:

O **Sr. Vereador Carlos de Sousa** solicita os seguintes esclarecimentos para algumas alterações que foram feitas, nomeadamente nas Grandes Opções do Plano, ponto 2: funções sociais, zonas das escolas:

- na requalificação do logradouro da EB Alberto Valente, estavam 29 mil euros, foram retirados 14 mil euros, ficando 15 mil euros para o presente ano. Questiona, pois segundo se lembra da visita que fizeram, ficou com a ideia de que existia muita coisa para fazer, por isso questiona essa retirada de verba.
- na requalificação da EB João Eduardo Xavier, existia 10 mil euros que foram retirados.
- nova escola na zona nascente do Pinhal Novo, tinham menos 16 mil euros em 2025. Não existe nada em 2024 ou 2023.
- construção da nova Escola Básica de Palmela, a dotação foi corrigida de 60 mil euros para 74 300 €. Em 2024 não existe qualquer valor e 2025 existe 16 mil euros.

Em resposta à intervenção do Sr. Vereador Carlos de Sousa o Sr. Presidente presta os seguintes esclarecimentos:

O **Sr. Presidente** considera as questões pertinentes e, começando pela última questão, esclarece que a verba afetada para a nova Básica de Palmela é para projeto. Estão em fase de elaboração do orçamento que será discutido com a vereação antes de ser trazido a reunião de câmara e, por isso, o que está previsto para os anos seguintes, numa primeira fase seria para colmatar a despesa. Em bom rigor não têm ainda os valores da obra. Esta é uma escola que vão candidatar ao Quadro 20/30, onde se terão 40% de apoio, sendo o resto da responsabilidade da autarquia.

Para a Escola Básica da Alberto Valente foi feita uma obra de colocação de toldos, mas é necessário manter verbas para projeto para a remodelação de todo o Logradouro. Esta é uma obra mais complexa que os toldos. Crês que este projeto está em fase de abertura de procedimento.

Quanto à nova escola da zona nascente de Pinhal Novo, esclarece que não existe ainda verba para projeto. Informa que a compra do terreno, com mais 9 mil metros quadrados, sendo parte de perímetro urbano e de REN (para escoamento de águas), foi concluída há dois meses, numa zona em torno da Escola Básica da Palhota, com um custo que rondou os 125 mil euros. Com estes dois artigos (da Palhota e o que se adquiriu) irão começar a pensar num projeto para um centro escolar de referência para a zona nascente do Pinhal Novo. Este projeto já estava indicado na antiga carta educativa e que está também em processo de concurso para uma nova.

Na Escola Básica João Eduardo Xavier, dá nota que se trata do mesmo. Em 2023 existiam 10 mil euros para projeto, mas com algumas modificações estas acabam por ter repercussão no orçamento de 2024. Não podem agora alterar o “bolo”. Antigamente, quando não se conseguia fazer num ano, passava para o ano seguinte, aumentando o orçamento, mas neste momento tem que ter a média dos anos e não o podem aumentar. Deste modo, como não irão pagar nada de projeto, pois ainda não foi lançado, retiram agora para depois colocar em orçamento de 2024, já definido com a verba ideal.

A **Sra. Vereadora Mara Rebelo** solicita alguns esclarecimentos relativamente a algumas correções que foram feitas, nomeadamente:

- Apoios socioeducativos a alunos, nos Auxílios Económicos, existe uma correção de menos 38 mil euros.
- Na transferência de competências, nas refeições e leite escolar a correção negativa.
- Programas e projetos de intervenção social uma diminuição de 18 mil euros para 13 mil euros
- Apoio aos idosos, programa + 50, cidadania ativa existe, também uma diminuição de 50% do valor que estava dotado.

Em resposta aos pedidos de esclarecimentos colocados pela Sra. Vereadora Mara Rebelo, o Sr. Presidente presta as seguintes informações:

O **Sr. Presidente** volta a referir que existe um valor previsional, que deve ser superior ao da despesa a efetuar e a partir do momento em que existem os contratos, sabem qual a despesa até ao final do ano e quais as faturas ou tranches que passam para o ano seguinte.

Esta verba manifesta-se disponível para ser utilizada no reforço das beneficiações das escolas, sem que haja qualquer redução no apoio prestado.

Dá como exemplo o caso do desvio na transferência de competências, elucidando que o colocado em Orçamento foi superior ao que foi recebido pelo Estado. Tiveram que prever. O procedimento para o reforço alimentar foi repetido, aumentando o preço base entre outros que tiveram que ajustar.

Destas situações, reforça, não resultou qualquer recuo no avanço que fizeram nos apoios, pelo contrário. As contas no final do ano irão revelar que foi investido mais do que nos anos anteriores, mas em termos de dotação do orçamento existe margem e, portanto, não existe qualquer desistência de qualquer projeto (mesmo no “programa 50+” que está adjudicado e com a parceria da Palmela Desporto). Não resulta qualquer redução do apoio ou da atividade, são afinações para que não fiquem com saldos que sejam necessários noutros locais.

A urgência aqui, reforça novamente, foi arranjar verbas para as beneficiações necessárias para a obra da Escola Básica da Palhota, que não estava prevista. Estava projetada.

Garante que está tudo assegurado e no final terão as contas todas certas.

Submetida a proposta a votação, foi a mesma aprovada, por maioria, com a abstenção do Sr. Vereador Paulo Ribeiro. Aprovado em minuta.

Departamento de Administração Urbanística

Divisão de Planeamento, Urbanização e Reconversão

Pelo **Sr. Presidente** é apresentada a seguinte proposta:

PONTO 4 – Redelimitação da AUGI Bairro Maria Luísa e alteração à planta síntese de reconversão do loteamento. Requerente: Comissão de Administração da AUGI Bairro Maria Luísa. Processo: L-18/90. Local: Brejos Carreteiros (Freguesia de Quinta do Anjo)

PROPOSTA N.º DAU_DPUR 01_19-23:

«Pelos requerimentos suprarreferidos vem a Comissão de Administração da AUGI do Bairro Maria Luísa apresentar um pedido de redelimitação da AUGI e consequentemente, o

licenciamento da alteração à planta síntese de loteamento, incidente sobre o prédio registado na Conservatória do Registo Predial de Palmela sob o número 7108/20090810, alterando ainda alguns parâmetros urbanísticos.

O pedido de redelimitação da Área Urbana de Génese Ilegal (AUGI) deriva do acerto de áreas que se verificou com um prédio confinante (assunto devidamente explanado nas informações técnicas do DAU/DPUR de 11/04/2016, 24/06/2016 e 02/09/2016). A certidão de teor da Conservatória do Registo Predial do prédio que constitui a AUGI, recentemente apensa ao processo, comprova a nova área, com menos 22,00m², resultante do referido acerto de áreas (passou de 33.000m² para 32.978m²).

Relativamente à alteração da planta síntese, e para além da redelimitação da AUGI, são ainda introduzidas algumas alterações à versão aprovada por deliberação municipal de 13/01/2010 (apresentada pelo requerimento n.º 9281/08). As referidas alterações, que mantêm o cumprimento das normas legais e regulamentares aplicáveis, foram devidamente aprovadas pela Assembleia de Comproprietários da AUGI, em reunião realizada em 21/01/2017, cumprindo o disposto na alínea d) do n.º 2 do artigo 10º da Lei n.º 91/95, de 2 de setembro, na sua atual redação (LAUGI), e são as seguintes:

- Aumento da área total de lotes em 76,96m² (de 24.280,55m² para 24.357,51m²) sendo prevista uma Abct global de 8.303,00m².
- Diminuição da área de cedência para Espaços Verdes de Utilização Coletiva em 201,13m² (de 1.109,30 m² para 908,17m²) pelo facto de deixarem de ser consideradas, na sua contabilização, as áreas de caldeiras de árvores, conforme orientação dos serviços. Neste contexto, constatando-se que seria devida uma área de cedência para Espaços Verdes de Utilização Coletiva de 924m² (conforme decorre da aplicação do disposto no Anexo III do regulamento do PDM), verifica-se um défice de 15,83m² na área de cedência, situação que se propõe seja compensada em numerário aquando do cálculo de taxas para emissão do alvará de loteamento, nos termos do previsto na LAUGI.
- Aumento da área de cedência para Equipamentos de Utilização Coletiva, em 5,05m² (de 1.313,10m² para 1.318,15m²) verificando-se o cumprimento do disposto no Anexo III do regulamento do PDM.
- Aumento da área de Arruamentos, passeios e estacionamento, em 97,12m² (de 6.297,05 m² para 6.394,17m²).
- Alterações nas áreas dos lotes 1, 26, 27, 30, 31, 32 e 33, sendo igualmente alteradas as áreas máximas de implantação dos lotes 1, 16, 17, 25, 26, 31, 32 e 33. Não sendo indicada a área prevista, em cada lote, para estacionamento à superfície, deverá ser considerada uma área de 40,00 m², nos termos do previsto no artigo 32º do regulamento do PDM, a qual não será contabilizada para efeitos de a.b.c.t. do lote. Esta situação deverá estar vertida nos documentos do futuro alvará de loteamento.

- A realocação dos acessos aos lotes 32 e 33 (antes propostos pelo Caminho Municipal 1029), passando a fazer-se, respetivamente, pela Rua José Régio e pela "Rua B", o que beneficia a circulação do trânsito e a segurança dos moradores.
- Foi eliminado o reservatório de gás inicialmente localizado na Rua B, cuja dispensa o município anteriormente aprovou.
- São ainda indicadas as construções a demolir, sendo também indicados os usos e número de pisos das construções existentes, informação que consta no quadro sinótico de loteamento.

Quanto às construções identificadas como existentes, deverão os polígonos das mesmas – quando implantados fora dos polígonos de implantação "base" dos lotes, serem considerados como "polígonos de implantação excecionais", possibilitando o enquadramento futuro da eventual legalização dessas construções.

Mantém-se o mesmo número de lugares de estacionamento, especificamente, 66 no interior dos lotes, e 33 lugares no exterior, cumprindo igualmente com o disposto no Anexo III do regulamento do PDM.

As presentes retificações não influenciarão, com particular relevância, os projetos de obras de urbanização podendo ser previstas em sede de Telas Finais daqueles projetos.

As alterações em presença têm enquadramento no n.º 4 do artigo 1.º e no artigo 24º da LAUGI.

Face ao exposto, propõe-se que a Câmara Municipal, ao abrigo do art.º 24º, nº 1 LAUGI e art.º 32º do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela Lei n. 75/2013, de 12 setembro, delibere sobre a aprovação o pedido de redelimitação da AUGI e alteração à planta-síntese de loteamento de reconversão da AUGI do Bairro Maria Luísa, nomeadamente dos elementos (planta síntese e quadro sinótico) interpostos sob o requerimento n.º 2545/2023, que fazem parte integrante da presente proposta.»

Submetida a proposta a votação, foi a mesma aprovada, por unanimidade. Aprovado em minuta.

O Sr. Presidente ausenta-se da reunião passando a mesma a ser assumida pelo Sr. Vereador Luís Miguel Calha que acumula a função de Vice-Presidente.

Divisão de Organização e Sistemas de Informação

Pelo **Sr. Vereador Luís Miguel Calha** é apresentada a seguinte proposta:

PONTO 5 – Atribuição de comparticipação financeira à Associação de Municípios da Região de Setúbal no âmbito do projeto Setúbal Península Digital.

PROPOSTA N.º DOSI 01_19-23:

«O projeto Setúbal Península Digital (SPD), gerido pela Associação de Municípios da Região de Setúbal (AMRS), foi fundado em junho de 2003, com a participação dos municípios da região, e designadamente o de Palmela, sendo considerando, desde o seu início, um projeto estratégico para a Península de Setúbal. Este projeto, materializado numa infraestrutura que funciona permanentemente desde então, é um elemento estruturante de suporte aos *data center* municipais, para além de permitir aos municípios parceiros o acesso a serviços diferenciados e de qualidade.

A referida infraestrutura regional é constituída por um *data center* que suporta a oferta de serviços aos municípios e a outras entidades da região. Os municípios são os principais utilizadores do referido *data center*, usufruindo do alojamento de portais, sites municipais e aplicações informáticas, do desenvolvimento no âmbito dos serviços online, do desenvolvimento de sites, do alojamento de *backups* integrados numa solução de *disaster recovery* e de comunicações para transporte de dados com interligação entre o *data center* regional e os *data center* municipais. Nos últimos anos, o SPD tem garantido o alojamento redundante no âmbito dos processos de *disaster recovery* municipais, estando prevista para 2023 a operacionalização das últimas migrações de dados dos municípios ainda não abrangidos. Acrescenta-se, desta forma, um nível de segurança aos dados e às aplicações municipais, aspeto de grande relevância no contexto da crescente ameaça do cibercrime. O reforço dos níveis de redundância é, no presente, uma das mais elementares capacidades de cibersegurança e de garante da continuidade de funcionamento dos serviços municipais. Para garantir a modernização da sua infraestrutura e uma resposta adequada à demanda dos municípios aderentes, o SPD procedeu, no ano em curso, à renovação completa dos servidores e ao reforço da capacidade do *data center* regional.

Como tem sido sublinhado em diversas circunstâncias, para além da capacidade tecnológica disponibilizada pela infraestrutura servidora do SPD (através do alojamento de aplicações, de dados, de sites), e das competências técnicas colocadas à disposição dos municípios, nomeadamente ao nível do desenvolvimento de software (microsites, apps e serviços online), o SPD tem fomentado a capacitação dos técnicos de informática municipais, ao disponibilizar formação específica, ao criar grupos de trabalho e Workshops temáticos, e ao promover a reflexão e procura de soluções para questões estruturantes, como a segurança da informação e a cibersegurança intermunicipal, da qual usufrui, com vista a apoiar o seu funcionamento e a potenciar o seu desenvolvimento e inovação, tendo em vista a sua continuidade futura.

A visão de futuro deste município para a referida infraestrutura baseia-se no reforço da sua capacidade de articulação regional e de reflexão crítica, dimensões importantes para apoiar os

municípios na incorporação de tecnologia nos seus processos de trabalho, na conformidade legal ao nível da TIC e acima de tudo, no reforço da sua capacitação em termos de cibersegurança e de modernização administrativa, as quais têm um impacto transversal e profundo em toda a ação municipal.

A revisão do modelo de gestão, especialmente no que concerne à estrutura de receita e de despesa, já aflorada nos últimos anos, encontra-se em estado adiantado de análise entre os vários municípios aderentes, considerando a possibilidade de integrar soluções de adesão mais flexíveis.

No quadro das Grandes Opções do Plano da AMRS para o ano de 2023, no que se refere à orgânica "02" (Setúbal – Península Digital), verifica-se que o total orçamentado para o projeto é de 402.120,00€ (quatrocentos e dois mil, cento e vinte euros), e que o valor apurado para efeitos de atribuição das comparticipações municipais é de 315.000,00€ (trezentos e quinze mil euros), o que corresponde a 14% do valor total previsto no quadro das comparticipações municipais. Sublinha-se que a comparticipação municipal não sofreu alterações nos últimos oito anos, tendo sido aferida com base no peso relativo do número de habitantes de cada município.

Atendendo à exposição anterior, propõe-se que a Câmara Municipal de Palmela, nos termos do disposto na alínea u) do n.º 1, do artigo 33º, do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, delibere autorizar a transferência de 44.100,00€ (quarenta e quatro mil e cem euros) para a Associação de Municípios da Região de Setúbal.

Fazem parte da presente proposta os seguintes anexos:

- Anexo I – Lista de serviços e atividades que beneficiam o Município de Palmela e o concelho (2023);
- Anexo II – Extrato do Orçamento da AMRS – 2023 (pp. 62-64);
- Anexo III – Extrato das Grandes Opções do Plano da AMRS – 2023 (pp. 97-98);
- Anexo IV – Extrato do Plano Plurianual de Investimentos da AMRS – 2023 (pág. 104);
- Anexo V – Extrato das Grandes Opções do Plano da AMRS – 2023 – tabela de comparticipações municipais (pág. 131)»

Sobre a proposta de Atribuição de comparticipação financeira à Associação de Municípios da Região de Setúbal no âmbito do projeto Setúbal Península Digital, intervém:

O **Sr. Vereador Pedro Taleço** refere que a posição do Partido Socialista em relação ao Setúbal Península Digital é conhecida. Conheceram o projeto mais pormenorizado há 4 anos depois de algumas dúvidas que colocaram, nomeadamente em relação ao valor que é pedido

para investimento, às respostas que na área da informática existem no mercado e às vantagens de existirem modelos mais flexíveis. Refere que a própria autarquia já adquire uma quantidade grande desses serviços a entidades externas, empresas com outra capacidade de desenvolvimento de tecnologia do que adquirir a um projeto local ou regional com um orçamento de 400 mil euros. A posição de fundo do Partido Socialista é esta, que foi consensual à necessidade de revisão do modelo da própria Setúbal Península Digital.

Esta revisão do modelo está iniciada e a decorrer, considera positiva a questão da flexibilidade da solução, ou seja, a própria adesão ter um outro grau de flexibilidade que não a da indexação ao número de habitantes (no digital é muito relativo).

Em relação aos sistemas de segurança, deixa a sugestão da autenticação por dois passos, tal como já se faz em várias estruturas, como por exemplo nos Bancos e nas transações bancárias. Estas duas formas de identificação que não dependem de uma password inscrita pelo utilizador nem da sua alteração, mas sim de um gerador de códigos de acesso que é enviado por SMS. É claramente menos vulnerável e a rede da autarquia é vulnerável, como tem sido provada ao longo do tempo.

Quanto ao valor, e como tem alguma noção de valores de mercado, sugere que se fizesse uma comparação simples de serviços.

Em relação à certificação digital – o SSL dos sites – é um serviço que, ao exterior, custa 500€/ano, no pacote mais exigente de todos, que nem será o necessário para o Setúbal Península Digital.

Quanto ao alojamento de grande capacidade, desafia a que se faça uma pesquisa para se perceber quanto é que este serviço custa ao ano.

Por isso tem alguma dificuldade em chegar ao valor de 44 mil euros proposto para os serviços que estão referidos.

Reforça que importava aprofundar o processo, perceber os custos e as vantagens, para além do aspeto do “passado” de se ter de participar na Península Digital. Considera que se deve participar no que for de interesse para Palmela, no que for mais barato e no serviço melhor.

Presume ser esta a visão quando se fala em revisão do modelo de gestão para uma modelo mais flexível, agrada-lhe essa postura e julga ser a necessária para o futuro do Setúbal Península Digital e da própria Associação de Municípios.

Pelo exposto, irão se abster da presente proposta. Vêm a disponibilidade, mas continuam sem ver a concretização e uma prova mais assertiva em termos de valor e do serviço prestado.

No que diz respeito à formação. É feita, provavelmente poder-se-ia adquirir noutros sítios, não negam, mas consideram ser necessário fazer prova.

O **Sr. Vereador Paulo Ribeiro** considera que este projeto teve as suas virtualidades no início, estavam no arranque das questões digitais, mas hoje está muito desfasado da realidade.

Por força do que se tem dito, a Câmara Municipal tem-se esforçado por demonstrar a utilidade do Setúbal Península Digital, mostrando como tem feito o trabalho, como, pelo mesmo preço estão a dar mais valias à autarquia, nomeadamente com novos sites (como o do Turismo, por exemplo), novas formas de acesso.

No entanto, existem questões que ficam sem resposta. A saber: pode-se ou não ter um serviço mais ajustado à realidade do município, ter um serviço mais moderno, mais robusto.

Existe um estudo feito junto de outras entidades questionando se valerá a pena continuar com este modelo.

Este valor, pelos serviços prestados não será muito dinheiro, mas o problema, observa, é que se contrata outros serviços nesta área, existindo várias “camadas de serviços” e no fundo acaba por gerar algum desperdício.

Esse desperdício acontece porque, por mais estudos que se façam, por mais perspetivas que a autarquia queira ter a olhar para a Setúbal Península Digital, existe um dogma que a autarquia não abandona: o programa da Península Digital.

Como este é o “Alfa” e o “Omega” de tudo, tudo o resto vem por arrasto e andam a remendar, a “tapar buracos” e criar algumas situações, que do ponto de vista da agilidade e robustez que se pretende, para a autarquia de Palmela, não é a ajustada.

Com esta perspetiva, não vê razões para alterar (confessando que se esforçou para encontrar razões para o fazer, mas não encontrou nenhuma) o voto ao qual tem optado nos últimos tempos na presente matéria, que é votar contra a transferência.

O Sr. Presidente passa a palavra ao Sr. Vereador Luís Miguel Calha para prestar os esclarecimentos que achar pertinentes.

O **Sr. Vereador Luís Miguel Calha** começa por agradecer as intervenções prestadas pelos **Sr. Vereadores Pedro Taleço** e **Paulo Ribeiro**.

Em resposta ao **Sr. Vereador Pedro Taleço**, considera que o mesmo manifestou a sua posição de fundo, que lhe parece ser uma posição estática. Referiu-se à despesa, à poupança no recurso ao mercado, mas de uma forma genérica, mas também mais objetiva e técnica (no qual não entra).

Gostaria, que o **Sr. Vereador** pudesse demonstrar, efetivamente as soluções que são mais baratas para o Município do que aquelas que o Projeto Setúbal Península Digital oferece. Aconselha a falar com os colegas do Barreiro, Montijo ou Alcochete. Lembra que o Município do Barreiro, foi um dos municípios que saiu da AMRS (Associação de Municipal da Região de Setúbal), mas continua no Setúbal Península Digital. Provavelmente gostariam de pagar menos

ou até encontrar alternativas melhores, mas se continuam no projeto é porque de certeza o mesmo dá frutos e vai ao encontro daquilo que são as expectativas desse e dos outros municípios.

Em relação à intervenção do **Sr. Vereador Paulo Ribeiro**, observa que não estão perante nenhum dogma. O projeto tem vindo a trabalhar em temas que são da maior atualidade tal como a Cibersegurança. Assim, dizer-se que o projeto está parado no tempo, quando se aborda, reflete e intervém na área da Cibersegurança ou nos Serviços Online (que têm sido desenvolvidos) crê, que existe todo um discurso que não se compagina com a realidade do projeto.

Pode-se falar em conceitos como um serviço mais ajustado às expectativas do município, um serviço mais moderno ou um projeto edilício que se gostaria de ter e isso é perfeitamente aceitável. Não se pode, na sua opinião, é não olhar com atenção a tudo o que tem sido o caminho de afirmação do projeto Setúbal Península Digital.

Do ponto de vista da autarquia, este é um projeto atual, que justifica cada vez mais a sua existência.

Não é um projeto estático, mas sim dinâmico, evolutivo e com visão de futuro. E é nisso que se consubstancia quando agarra novos desafios.

É disso que se trata e o que está plasmado na presente proposta e seus anexos.

Retomando a palavra, o **Sr. Presidente** intervém considerando que estão explanados os motivos e visão de cada uma das bancadas.

Poderiam apresentar, estatisticamente, o aumento significativo do número de serviços online que foram introduzidos nos últimos dois anos que vêm em crescendo do aumento do número de utilizadores. Todo o trabalho que é feito em articulação com o Setúbal Península Digital tem tido um nível de eficiência e satisfação muito grande.

Não comenta questões de outros municípios, mas partilha que sabe de dificuldades de alguns municípios que entenderam sair e abandonar o Setúbal Península Digital que têm estado em sérias dificuldades para manter o nível de serviços que tinham.

Partilha a sua posição não só em defesa do projeto em si, mas também em defesa do interesse do Município.

Considera ser um investimento que tem valido a pena. Nos desafios da atualidade, da Cibersegurança e também da crescente utilização dos serviços online, têm tido retorno, por participarem no projeto em conjunto e ser possível fazer mais e melhor do que se fosse feito isoladamente, com um valor muito acessível.

No âmbito na AMRS (Associação de Municípios da Região de Setúbal) e da Setúbal Península Digital têm tido propostas para procurarem reduzir custos.

Termina a considerar que o balanço é positivo.

Submetida a proposta a votação, foi a mesma aprovada, por maioria, com o voto contra do Sr. Vereador Paulo Ribeiro e abstenção dos Srs. Vereadores Raul Cristóvão, Pedro Taleço e Sra. Vereadora Mara Rebelo. Aprovado em minuta.

Departamento de Educação e Coesão Social

Divisão de Educação

Pela **Sra. Vereadora Maria João Camolas** são apresentadas as seguintes propostas:

PONTO 6 – Revisão do Regulamento Municipal dos Transportes Escolares – Início do procedimento.

PROPOSTA N.º DECS_DE 01_19-23:

«O Regulamento Municipal dos Transportes Escolares, em vigor no concelho de Palmela, foi aprovado a 16/05/2007 e 28/05/2007, em reunião da Câmara Municipal e da Assembleia Municipal, respetivamente.

Decorridos 16 anos torna-se necessário fazer uma revisão e atualização ao Regulamento dos Transportes Escolares, tendo em conta as alterações legislativas que têm ocorrido, nomeadamente com a publicação do Decreto-Lei n.º 21/2019, de 30 de janeiro, na sua atual redação, que concretiza o quadro de transferência de competências para os órgãos municipais no domínio da educação, a competência dos Transportes Escolares, através do art.º 36 do suprarreferido diploma.

Por conseguinte, e tendo em consideração, quer a alteração legislativa, quer ainda a alteração de alguns procedimentos que não estão espelhados no regulamento em vigor, existe a necessidade de atualizar o documento existente.

Assim, e em cumprimento do disposto no artigo 98.º, do Código do Procedimento Administrativo (CPA), publicado pelo Decreto-Lei n.º 4/2015, de 07 de janeiro, conjugado com o estatuído na alínea k), do n.º 1, do artigo 33.º, do Regime Jurídico das Autarquias Locais (RJAL), aprovado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, propõe-se que a Câmara Municipal delibere:

1. O início de procedimento de alteração/revisão do Regulamento Municipal dos Transportes Escolares, com vista a assegurar, no âmbito da respetiva preparação, a participação e constituição como interessadas/os e apresentação de contributos;
2. Determinar que podem constituir-se como interessadas/os, todas/os aquelas/es que, nos termos do n.º 1, do artigo 68º, do CPA, sejam titulares de direitos, interesses legalmente

protegidos, deveres, encargos, ónus ou sujeições, no âmbito das decisões que nele forem ou possam ser tomadas, bem como as associações, para defender interesses coletivos ou proceder à defesa coletiva de interesses individuais dos/as seus/suas associados/as, que caibam no âmbito dos respetivos fins;

3. Que as/os interessadas/os podem constituir-se como tal e apresentarem os seus contributos para a elaboração do projeto de criação deste regulamento, até 10 dias (uteis) após publicitação do início do procedimento, através de comunicação escrita que contenha nome completo, morada ou sede, profissão, número de identificação fiscal e respetivo endereço de correio eletrónico, e dando consentimento para que este seja utilizado para os efeitos previstos na alínea c), do nº 1, do artigo 112º, do CPA;
4. Que a constituição como interessadas/os e os contributos sejam dirigidos à Câmara Municipal de Palmela, Largo do Município, 2954-001 Palmela, ou através de correio eletrónico para: atendimento@cm-palmela.pt.»

Em complemento à presente proposta o **Sr. Presidente** intervém para informar que este Regulamento, tal como outros, considera decisões que o Município pretende tomar, alterações legislativas e de contexto, por isso requer uma atualização e assim irão iniciar o procedimento administrativo.

Submetida a proposta a votação, foi a mesma aprovada, por unanimidade. Aprovado em minuta.

PONTO 7 – Revisão do Regulamento Municipal de Ação Social – Início do procedimento

PROPOSTA N.º DECS_DE 02_19-23:

«O Regulamento Municipal de Ação Social Escolar, em vigor no concelho de Palmela, teve a sua primeira alteração aprovada a 19/10/2011 e 28/11/2011, em reuniões da Câmara Municipal e da Assembleia Municipal, respetivamente.

A Lei nº 50/2018, de 16 de agosto, estabeleceu o quadro da transferência de competências para as autarquias locais e para as entidades intermunicipais, efetivado na área da Educação com o Decreto Lei nº 21/2019, de 30 janeiro, concretizando os princípios da subsidiariedade, da descentralização administrativa e da autonomia do poder local.

O Decreto-Lei n.º 21/2019, de 30 de janeiro, na sua atual redação, concretiza o quadro de transferência de competência para os órgãos municipais no domínio da educação, a competência da Ação Social Escolar, através do art.º 33, do suprarreferido diploma.

Por conseguinte, atendendo à publicação de legislação recente, e tendo em linha de conta que foram introduzidos procedimentos que não estão espelhados no regulamento em vigor, existe a necessidade de atualizar o documento existente.

Assim, e em cumprimento do disposto no artigo 98.º, do Código do Procedimento Administrativo (CPA), publicado pelo Decreto-Lei n.º 4/2015, de 07 de janeiro, conjugado com o estatuído na alínea k), do n.º 1, do artigo 33.º, do Regime Jurídico das Autarquias Locais (RJAL), aprovado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, propõe-se que a Câmara Municipal delibere:

5. o início de procedimento de alteração/revisão do Regulamento Municipal de Ação Social Escolar, com vista a assegurar, no âmbito da respetiva preparação, a participação e constituição como interessadas/os e apresentação de contributos;
6. determinar que podem constituir-se como interessadas/os, todas/os aquelas/es que, nos do nº 1, do artigo 68º, do CPA, sejam titulares de direitos, interesses legalmente protegidos, deveres, encargos, ónus ou sujeições, no âmbito das decisões que nele forem ou possam ser tomadas, bem como as associações, para defender interesses coletivos ou proceder à defesa coletiva de interesses individuais dos/as seus/suas associados/as, que caibam no âmbito dos respetivos fins;
7. que as/os interessadas/os podem constituir-se como tal e apresentarem os seus contributos para a elaboração do projeto de revisão deste regulamento, até 10 dias (úteis) após publicitação do início do procedimento, através de comunicação escrita que contenha nome completo, morada ou sede, profissão, número de identificação fiscal e respetivo endereço de correio eletrónico, e dando consentimento para que este seja utilizado para os efeitos previstos na alínea c), do nº 1, do artigo 112º, do CPA;

que a constituição como interessadas/os e os contributos sejam dirigidos à Câmara Municipal de Palmela, Largo do Município, 2954-001 Palmela, ou através de correio eletrónico para: atendimento@cm-palmela.pt.»

Submetida a proposta a votação, foi a mesma aprovada, por unanimidade. Aprovado em minuta.

PONTO 8 – Pagamento dos passes escolares a 100% para alunos do ensino secundário.

PROPOSTA N.º DECS_DE 03_19-23:

«O Serviço de Transportes Escolares, prestado pelo município, cria condições de acesso ao ensino e à educação, tornando a escola cada vez mais democratizante e inclusiva.

Compete aos municípios, na área dos transportes escolares, e tendo por base as alíneas a), b) e c), do art.º 36.º, do Decreto-Lei n.º 21/2019, de 30 de janeiro, acompanhar o funcionamento da rede de transportes escolares (circuitos municipais e públicos), dos alunos do ensino básico e secundário, de acordo com as determinações legais e regulamento municipal em vigor.

Este Decreto-Lei introduziu algumas alterações ao atual regime, nomeadamente a “correspondência entre o âmbito das competências descentralizadas e a organização da oferta pública do ensino básico e secundário que assegura o cumprimento da escolaridade obrigatória”.

Considerando o facto de a escolaridade obrigatória abranger, atualmente, a frequência do 1.º ao 12.º ano, conforme resulta da Lei n.º 85/2009, de 27 de agosto, alterada pela Lei n.º 65/2015, de 3 de julho, a frequência no âmbito da escolaridade obrigatória das crianças e dos jovens com idades compreendidas entre os 6 e os 18 anos deve incluir medidas, a adotar no âmbito dos percursos escolares dos alunos, para prevenir o insucesso e o abandono escolares.

O n.º 4, do art.º 25, do Decreto-Lei n.º 55/2009, de 2 de março, refere que o acesso ao serviço de transportes escolares é gratuito para os alunos do ensino básico, podendo ser participado para os do ensino secundário, tendo o Município de Palmela assegurado, até à data, o pagamento a 100% do passe escolar dos alunos do ensino básico e participado a 50% o passe escolar dos alunos do ensino secundário, desde que preencham as condições de acesso definidas em regulamento municipal.

No entanto, a alínea a), do art.º 20.º, do Decreto-Lei n.º 21/2019, de 30 de janeiro, prevê a gratuidade do transporte escolar para os alunos da educação pré-escolar, do ensino básico e do ensino secundário, quando estes residam a mais de 3 km do estabelecimento de ensino que frequentam, mostrando-se, contudo, a eficácia desta regra dependente, nos termos do n.º 4, do art.º 67.º, do mesmo diploma, da publicação de Portaria, o que ainda não sucedeu.

Assim, apesar de a lei e de o regulamento municipal sobre a matéria apenas determinarem a comparticipação de 50% do valor dos passes para alunos do ensino secundário, entende-se e reconhece-se a importância de garantir a gratuidade do Passe Navegante até aos 18 anos, como medida de apoio às famílias, incentivo à conclusão da escolaridade obrigatória, ao prosseguimento dos estudos e à prevenção do abandono escolar, desenvolvendo, desta forma, a promoção da frequência do ensino secundário.

Face ao exposto, propõe-se, ao abrigo das alíneas gg) e hh), do nº 1, do art.º 33º, do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, o alargamento da gratuidade dos transportes escolares ao ensino secundário, com pagamento a 100% do valor do passe escolar para os alunos do ensino secundário que preencham as condições de acesso.»

Submetida a proposta a votação, foi a mesma aprovada, por unanimidade. Aprovado em minuta.

PONTO 9 – Atribuição de apoio financeiro ao Agrupamento de Escolas de Palmela e Agrupamento de Escolas José Saramago para aquisição de cadernos de atividades – 2.º ciclo do ensino básico – Ano letivo 2023/2024 - Acertos.

PROPOSTA N.º DECS_DE 04_19-23:

«Dando continuidade às políticas diferenciadas de discriminação positiva e reforçando o princípio da gratuidade da escolaridade obrigatória, o município atribui cadernos de atividades a todos os alunos do 1.º ciclo, dando continuidade ao registado nos anos letivos transatos, bem como, a partir do ano letivo 2023/2024, a todos os alunos do 2.º ciclo, pautando a sua ação por medidas que promovam a igualdade de oportunidades no acesso à escola, na continuidade da oferta dos manuais escolares a todos os alunos, plasmada na Lei do Orçamento de Estado para o ano 2018.

No ano letivo 2023/2024, para operacionalizar esta medida e no âmbito da gestão partilhada com os agrupamentos de escolas, o Agrupamento de Escolas José Saramago e o Agrupamento de Escolas de Palmela, asseguraram a aquisição e distribuição dos cadernos de atividades, sendo responsabilidade do município a transferência do respetivo apoio financeiro, para fazer face à despesa.

Neste contexto, foi deliberado em reunião de câmara de 21 de junho, a atribuição de um apoio financeiro no valor de global de € 58.090,16 (cinquenta e oito mil, noventa euros e dezasseis cêntimos), correspondente a um adiantamento para aquisição daqueles cadernos, referente a 2074 alunos dos 1.º e 2.º ciclos, destinado aos Agrupamentos de Escolas de Palmela e José Saramago.

Sendo a verba insuficiente para fazer face aos encargos com os cadernos de atividades para o 2.º ciclo e, dando cumprimento ao disposto no Decreto-lei n.º 55/2009, de 2 de março, e ao Despacho n.º 8452-A/2015, de 31 de julho, com as alterações introduzidas pelo Despacho n.º 5296/2017, de 16 de junho, e em conformidade com a alínea hh), do n.º 1, do artigo 33.º, da Lei do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, propõe-se a atribuição de apoio financeiro, no valor de global de € 11.174,51 (onze mil, cento e setenta e quatro euros e cinquenta e um cêntimos), que se destina aos Agrupamentos abaixo indicados:

- Agrupamento de Escolas de Palmela - € 8.397,91 (oito mil, trezentos e noventa e sete euros e noventa e um cêntimo), correspondente a acertos do 2.º ciclo, da EB Hermenegildo Capelo;

- Agrupamento de Escolas José Saramago - € 2.776,60 (dois mil setecentos e setenta e seis euros e sessenta cêntimos), correspondendo a acertos do 2.º ciclo, da EB José Saramago.»

Submetida a proposta a votação, foi a mesma aprovada, por unanimidade. Aprovado em minuta.

Departamento de Educação e Coesão Social

Divisão de Intervenção Social e Saúde

Pela **Sra. Vereadora Maria João Camolas** são apresentadas as seguintes propostas:

PONTO 10 – Fábrica da Igreja Paroquial da Freguesia de São Pedro da Marateca – Celebração de Contrato de Comodato.

PROPOSTA N.º DECS_DISS 01_19-23:

«Considerando que:

- o Grupo Sócio Caritativo da Fábrica da Igreja de São Pedro da Marateca é responsável pela dinamização da "Loja Social", cuja atividade funcionou nas antigas instalações dos Bombeiros Voluntários de Águas de Moura, desde meados de 2011 até o edifício iniciar as obras de requalificação, ao abrigo da candidatura submetida pela autarquia ao Plano de Ação Integrada das Comunidades Desfavorecidas (PAICD);
- as obras de requalificação do Centro Comunitário de Águas de Moura encontram-se concluídas e que autarquia disponibilizou, nesse edifício, a área de 52,50m², para instalação da "Loja Social", com acesso pela Rua Hermenegildo Capelo;
- esta é uma resposta social que tem como missão apoiar as famílias em condição de vulnerabilidade social, mediante a atribuição de bens alimentares provenientes do Banco Alimentar Contra a Fome, bem como outros bens de primeira necessidade, nomeadamente vestuário, produtos de higiene, brinquedos, livros, mobiliário e outros;

propõe-se, nos termos do artigo 33º, nº 1, alínea u), do Regime Jurídico das Autarquias Locais (RJAL), aprovado pela Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, que a Câmara Municipal delibere a celebração de Contrato de Comodato, entre o Município de Palmela e a Fábrica da Igreja Paroquial da Freguesia de São Pedro da Marateca, para cedência da fração, descrita na Conservatória do Registo Predial de Palmela sob o nº 1904/20071128 e inscrita na matriz predial urbana sob o artigo 960, da União de Freguesias de Poceirão e Marateca, com o valor patrimonial tributário de 292.091,61 €, pelo período de 2 anos, cuja minuta do contrato se anexa e faz parte integrante da presente proposta.»

Submetida a proposta a votação, foi a mesma aprovada, por unanimidade. Aprovado em minuta.

PONTO 11 – Atribuição de apoio financeiro anual ao Banco Alimentar Contra a Fome da Península de Setúbal,

PROPOSTA N.º DECS_DISS 02_19-23:

«Considerando que:

- o Banco Alimentar Contra a Fome da Península de Setúbal, Instituição Particular de Solidariedade Social reconhecida como de utilidade pública e sediada no concelho de Palmela desde o ano 2000, tem como missão “lutar contra o desperdício, recuperando produtos e entregando-os a quem tem carências alimentares, mobilizando pessoas e empresas que a título voluntário se associam a esta causa (...)”.
- de acordo com os dados fornecidos por esta instituição, em 2022, no concelho de Palmela, foram apoiadas 16 instituições, em regime regular ou pontual, representando um apoio a 809 pessoas, equivalente à distribuição de 72.810 refeições mensais e 873.720 refeições anuais;
- em regime pontual foram, ainda, abrangidas 160 pessoas, mensalmente, equivalente a 1.560 apoiadas anualmente, bem como foram entregues 669 cabazes mensais, correspondendo a 8.028 anuais;
- no âmbito do Programa Operacional de Apoio às Pessoas Mais Carenciadas, o Banco Alimentar é, desde 2017, entidade coordenadora responsável pelo consórcio composto por três instituições do concelho, assegurando apoio alimentar mensal a 756 pessoas, equivalente a 9072 pessoas apoiadas anualmente;
- ao todo, através das várias medidas do Banco Alimentar, foram apoiadas com alimentos 74.395 pessoas mensalmente, o que se traduz num apoio anual equivalente a 892.380 pessoas;
- a Câmara Municipal de Palmela, por reconhecer o importante papel desta IPSS firmou, em 2009, um Protocolo de Colaboração com o Banco Alimentar, o qual prevê a atribuição de apoio financeiro;
- a atribuição deste apoio revela-se prioritária e de extrema importância, no panorama atual e no contexto da conjuntura económico-social, que atinge em particular as famílias e indivíduos mais vulneráveis;

propõe-se, de acordo com o n.º 2, da Cláusula Oitava, do referido Protocolo, conjugado com a alínea u), do artigo 33.º, do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, a atribuição de uma comparticipação no valor de 4.000,00 € (quatro mil euros), destinada a apoiar nas despesas com o funcionamento do Banco Alimentar Contra a Fome da Península de Setúbal.»

Submetida a proposta a votação, foi a mesma aprovada, por unanimidade. Aprovado em minuta.

INTERVENÇÃO DO PÚBLICO

O **Sr. Presidente** pergunta se algum/a dos/as Múncipes presentes querem usar da palavra.

Não há intervenções.

ENCERRAMENTO DA REUNIÃO

Cerca das treze horas e trinta e sete minutos, o **Sr. Presidente** declara encerrada a reunião, da qual se lavrou a presente ata, que eu, *Paulo Eduardo Matias Gomes Pacheco*, Diretor do Departamento de Administração, Finanças e Recursos Humanos, redigi e também assino.

O Presidente

Álvaro Manuel Balseiro Amaro

O Diretor do Departamento

Paulo Eduardo Matias Gomes Pacheco